

Guiana abre as portas para garimpeiros de Roraima

BOA VISTA — Boa parte dos garimpeiros que começaram a deixar as terras dos ianomânis em Roraima sairá da clandestinidade para trabalhar em minas de ouro e diamante na República Cooperativista da Guiana. Inicialmente, 10 mil brasileiros podem emigrar para as áreas mineráveis da região guianense de Arnika, que fica a 13 quilômetros da fronteira norte do Brasil, próxima ao município de Normandia.

A Guiana, ex-colônia da Inglaterra, é carente de mão-de-obra e por isso não consegue realizar o processo de extração de minérios nobres. Segundo o minerador Elton Rohnelt, que ontem de manhã revelou o convite do governo guianense aos garimpeiros brasileiros, a Guiana é tão rica quanto o Brasil em ouro, cassiterita e diamante. Ele disse que vários pedidos de migração estão sendo feitos sem qualquer tipo de obstáculo.

Opção — Elton Rohnelt acredita, porém, que só os garimpeiros com melhor condição financeira poderão se estabelecer na Guiana, pois a ocupação de áreas em um país estrangeiro requer grandes investimentos. Hoje trabalham na fronteira, segundo dados da Polícia Federal, cerca de 5 mil brasileiros extraindo ouro e diamante em terras guianenses. Eles pagam 8% da produção líquida em forma de royalties ao governo da Guiana e podem vender o produto dentro ou fora do país.

"Nós, brasileiros, não somos bem tratados em nossa própria terra, mas num outro país, como a Guiana, eles sabem dar valor à nossa gente", lamentou Rohnelt, que desaprova a decisão do governo brasileiro de não permitir exploração de minérios em áreas habitadas por comunidades indígenas.

Para Elton Rohnelt, a Operação Selva Livre é uma grande confusão. "Se o acordo assinado não for cumprido pelo governo, vai haver guerra entre agentes federais e garimpeiros", previu. O minerador acredita que os trabalhadores não voltarão às áreas indígenas desocupadas. "Palavra de garimpeiro é lei", garantiu. A partir de hoje, a operação prevê a entrada de homens da Polícia Federal para fiscalizar a desocupação espontânea das terras indígenas.

Cimi — Revoltado com a suspensão da operação de retirada dos garimpeiros das terras dos ianomânis, o Comitê de Solidariedade aos Povos



Equipamentos são retirados do garimpo da Caveira

Indígenas, ligado ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), iniciou ontem em Boa Vista uma panfletagem para protestar contra o acordo que prevê a criação de reservas extrativistas em áreas da Floresta Nacional. A panfletagem é feita de casa em casa, sob o título *Grito de alerta*, e acusa o governo federal de responsável pelo genocídio dos ianomânis. O comitê pretende conseguir a solidariedade da população de Boa Vista, o que será difícil pois a maioria dos habitantes já se revelou favorável à permanência dos garimpos mesmo que em terra dos índios.

"Nossa reflexão continua quando vemos homens, mulheres e crianças, acostumados à vida tranqüila na floresta, verem suas terras invadidas, seus costumes modificados à força, suas caças afugentadas, seus rios poluídos. O índio é gente como a gente, que tem a vida diferente. E por isso merece ser respeitado", diz a nota do comitê.

Entidades ligadas ao garimpo, por sua vez, também não estão satisfeitas com as decisões do governo federal. Ontem a Associação Nacional dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos para Garimpo, criada no fim de semana em assembleia geral realizada em Boa Vista, ameaçou entrar com ação de perdas e danos contra o governo federal se os garimpeiros forem expulsos das terras

indígenas sem que lhes seja oferecida opção de outras áreas em Roraima. A associação alega que os garimpeiros não terão dinheiro para pagar os débitos com os fornecedores que, só no comércio de Boa Vista, chega a NCz\$ 500 milhões.

Problema social — Com o fechamento dos garimpos, as lojas não aceitam a devolução dos produtos e os trabalhadores não têm condições de pagar suas dívidas. O comerciante fica em débito com o fornecedor e este com a indústria. "Talvez o presidente da República não tenha observado que do garimpo também dependem inúmeras famílias residentes em todo o país. "O simples fechamento das áreas mineráveis acaba com um problema político, mas cria um problema social mais grave e complicado", disse o assessor jurídico da recém-criada associação, Euripedes Martins.

Empresas como a Petrobrás e a Shell, que abastecem os aviões do garimpo e postos de revenda de combustíveis em Roraima, também podem amargar prejuízos. A cada mês, são consumidos na região 1,4 milhão de combustível para aviões e 2,4 milhões de óleo diesel vendidos pelo sistema de crediário e com desconto de 30% à vista. Sem garimpo, os donos de aviões não terão condições de pagar o débito.

Governo pode criar só uma reserva

BRASÍLIA — O secretário-executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), do Ministério da Justiça, Ovidio Martins de Araújo, que representa o ministro Saulo Ramos no grupo interministerial responsável pelo plano de retirada de milhares de garimpeiros das áreas ianomânis, revelou que o governo está disposto a rever sua decisão de assentar os garimpeiros em três áreas da Floresta Nacional de Roraima. O governo estuda, segundo Ovidio Araújo, destinar aos garimpeiros apenas a área Urucacá-Santa Rosa, de 100 mil hectares, que será transformada em reserva garimpeira através de decreto, cuja exposição de motivos será encaminhada nos próximos dias ao presidente José Sarney.

As duas outras áreas definidas pelo governo para receber os garimpeiros — Urariquera-Santa Isabel, com 125 mil hectares, e Catrimani-Couto Magalhães, com 280 mil hectares, somente seriam definidas como regiões de garimpo se a Justiça decidir que não pertencem aos ianomânis. De acordo com Ovidio Araújo, a área de Urucacá-Santa Rosa foi definida como reserva garimpeira em agosto do ano passado pelo Departa-

mento Nacional da Produção Mineral (DNPM), que fixou inicialmente uma dimensão de 117.880 hectares, sendo 17.880 dentro da Floresta Nacional de Roraima.

Liminar — Para não ferir a liminar concedida pelo juiz federal Novelty Vilanova, que previu a retirada de milhares de hectares da área de 9,4 milhões de hectares integradas pelas 19 reservas ianomânis e pela Floresta Nacional, Ovidio Araújo assegura que não haverá realocação de trabalhadores para as terras consideradas dos índios. Em Urucacá-Santa Rosa já atuam, atualmente, 2 mil garimpeiros, que produzem anualmente 100 quilos de ouro. A área fica a cinco dias de barco ou a 40 minutos de voo de Boa Vista e nela os garimpeiros já atuam há 10 anos, em barrancos ou usando balsas.

Ovidio Araújo disse que o governo será ágil nesta decisão de fixar as novas terras para assentamento dos garimpeiros tendo em vista que a Polícia Federal, a partir de hoje, começará a atuar com maior rigor para retirá-los das áreas indígenas já demarcadas pela Funai. Assessores do ministro Saulo Ramos revelavam, ontem, que 18 mil trabalhadores

já haviam saído das áreas ianomânis e 5 mil desses teriam aceitado ser transferidos para garimpos no estado do Pará.

Protesto — Os 4.500 funcionários da Funai promoverão amanhã manifestações de protesto contra a transferência dos garimpos para a Floresta Nacional de Roraima. Em Brasília, onde se concentra a maioria dos funcionários da fundação, será distribuída uma carta-denúncia à população e haverá um debate entre sertanistas, antropólogos e autoridades ligadas à questão do meio ambiente para que se estudem alternativas para o caso dos ianomânis.

"Estamos denunciando a transformação do órgão indigenista oficial em agência de defesa de interesses antiindígenas", acusou o sindicalista Artur Mendes, funcionário da Funai. Mendes acha um absurdo que o corpo técnico da Superintendência Fundiária do órgão seja convocado para delimitar e demarcar as novas reservas garimpeiras. Os funcionários da Funai aprovaram moção de apoio e solidariedade aos sertanistas Sidney Possuelo e José Maria Nascimento, que se desligaram da Operação Ianomâni por não concordar com a solução encontrada pelo governo.

Ibama cedeu por temer massacre

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, garantiu que somente concordou com a fixação de milhares de garimpeiros em três áreas localizadas no interior da Floresta Nacional de Roraima — Urucacá/Santa Rosa, Catrimani/Couto Magalhães e Urariquera/Santa Isabel —, depois que o ministro da Justiça, Saulo Ramos, lhe comunicou que, caso não fosse aceita essa solução, haveria "um banho de sangue" num confronto entre os 250 agentes da Polícia Federal e milhares de garimpeiros que atuam nas áreas dos ianomâni.

"O Ibama se viu diante de um fato consumado. Não havia outra saída. Ou os garimpeiros iriam para a Floresta Nacional ou haveria um banho de sangue", revelou Fernando Mesquita. Ele garantiu que, pessoalmente, é contra a fixação de garimpeiros em Florestas Nacionais, embora a legislação vigente não descarte essa possibilidade. "Nós ainda procuramos argumentar que os garimpeiros propiciariam a destruição da floresta", afirmou Fernando Mesquita. "Mas, diante do caos que se avistava, não tivemos como nos opor à decisão do ministro da Justiça", acrescentou.